

MORADIAS, TERRITÓRIOS E TRABALHOS DOS PESCADORES ARTESANAIS DE BRAGANÇA-PA

Debora Melo Alves¹
Alexandre de Brito Alves²
Mauricio Torres³

Resumo

A proposta deste artigo é analisar como a pesca artesanal afeta a estrutura da moradia e a rotina das famílias residentes na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (Resex), um território protegido ambientalmente e localizado em Bragança, município do estado do Pará. Entre os anos de 2006 e 2013 foram construídas moradias destinadas à população tradicional deste território, que é composto, sobretudo, por pescadores artesanais e marisqueiras. A construção dessas novas moradias foi possível devido à implementação do Crédito Habitacional, linha de crédito que faz parte do II Programa Nacional da Reforma Agrária (II PNRA). A questão que orienta este artigo é entender como as pessoas que foram contempladas conseguiram se adaptar nas novas moradias, que foram construídas com base em um padrão arquitetônico único, que não considerou as especificidades do território, e não levou em conta a importância de áreas externas à moradia para o exercício de atividades de trabalho relacionadas ao mar, ao rio e ao manguezal.

Palavras-chave: Amazônia. Resex. Moradia. Pescadores.

DWELLINGS, TERRITORIES AND WORK OF ARTISAN FISHERMEN IN BRAGANÇA-PA

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze how artisanal fishing affects the housing structure and the routine of families residing in the Caeté-Taperaçu Marine Extractive Reserve (Resex), an environmentally protected territory located in Bragança, a municipality in the state of Pará. Between 2006 and 2013, houses were built for the traditional population of this territory, which is composed mainly of artisanal fishermen and shellfish gatherers. The construction of these new homes was possible due to the implementation of Housing Credit, a line of credit that is part of the II National Agrarian Reform Program (II PNRA). The question that guides this article is to understand how the people who were contemplated managed to adapt to the new houses, which were built based on a unique architectural pattern, which did not consider the specifics of the territory, and did not take into account the importance of external areas. housing for the exercise of work activities related to the sea, river and mangroves.

Keywords: Amazon. Resex. Housing. Fishermen.

Data de submissão: 19.11.23

Data de aprovação: 10.10.24

¹ Graduação em Ciências Sociais (UFPA). Mestra em Sociologia e Antropologia (PPGSA-UFPA). Doutoranda em Agricultura Familiares e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: debora.malves1992@gmail.com.

² Graduação em História (UFPA) e Sociologia (UNIASSSELVI). Especialização em Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IFPA). Mestre em Sociologia e Antropologia (PPGSA-UFPA) e Doutorando em Sociologia e Antropologia (PPGSA-UFPA). E-mail: alexandrehistoria2010@yahoo.com.br.

³ Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, com pesquisas sobre conflitos territoriais envolvendo povos e comunidades tradicionais na Amazônia. Professor do Instituto de Agriculturas Amazônicas (INEAF), da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: mautorres@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Mudanças na percepção internacional sobre o meio ambiente podem ser observadas a partir da década de 1970, consolidadas por meio da criação de medidas conservacionistas para proteção e uso sustentável da natureza. Durante este processo movimentos sociais ganharam visibilidade no cenário político e em debates na esfera pública nacional e internacional.

Destacamos os seringueiros amazônicos, que organizaram um movimento agrário que ultrapassou a invisibilidade, e passou a ocupar uma posição de paradigma de desenvolvimento sustentável com participação popular (ALMEIDA, 2004). Sabe-se que esse protagonismo foi atravessado por diversos conflitos, alguns extremos, que culminaram, por exemplo, no assassinato de Chico Mendes em 1989, ambientalista, líder dos seringueiros e figura conhecida e reconhecida internacionalmente (LEITE LOPES, 2006).

Em 1990, foi criada a Reserva Extrativista Chico Mendes. Este pode ser caracterizado como um marco para o reconhecimento legal dos povos tradicionais da floresta. Nos anos subsequentes outras medidas passaram a ser institucionalizadas, como a instauração do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), por meio da LEI 9.985/2000, a fim de fortalecer as Unidades de Conservação (UC) e conciliar desenvolvimento e sustentabilidade.

No decorrer dos anos, outras Reservas Extrativistas foram criadas, bem como, políticas públicas para estes territórios. Segundo dados do ICMBIO (2022), atualmente existem em todo o território brasileiro 96 Resex. A região Norte concentra a maior quantidade (70). No que se refere aos estados, o Pará possui o segundo maior número (23) de Resex criadas entre os anos de 1998 a 2014, ficando atrás apenas de Rondônia (24).

Dentre as 23 Resex criadas no estado do Pará, está localizada a Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (Resex). Sua criação ocorreu em 20 de maio de 2005, via Decreto⁴, possibilitou o acesso da população que vive nesse território a algumas políticas públicas. Dentre as mais importantes implementadas através do II Programa Nacional da Reforma Agrária (II PNRA), está o Crédito Habitacional, que possibilitou a construção de novas moradias em alvenaria e em madeira para as famílias reconhecidas como populações tradicionais que vivem nesse território.

Foram cadastradas 5.002 famílias, embora apenas 1.623 tenham sido contempladas para receber o crédito, devido a interrupção do governo federal na destinação de recursos para este fim. Na busca por respostas para tentar compreender como se deu essa adaptação por parte da população alvo, foram aplicados questionários em duas comunidades da Resex.

A metodologia utilizada na pesquisa foi qualitativa e incluiu revisão bibliográfica, análise de documentos oficiais e de dados obtidos em sites institucionais (Ministério do Meio Ambiente – MMA; Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBIO; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE). Neste recorte temos a sociologia como campo teórico, que possibilita a análise das relações entre Estado e sociedade, e visa compreender o papel dos grupos sociais e suas relações com o território (CORTÊS; LIMA, 2012; LASCOUMES; LE GALÈS, 2012).

Foram entrevistadas 45 pessoas contempladas pelas políticas públicas, todas residentes no município de Bragança, nordeste do Estado do Pará. As Comunidades escolhidas para a coleta de informações foram a Comunidade Vila do Treme e a Comunidade Vila do Castelo, visto que nestas localidades se concentraram maior quantidade de pessoas contempladas pelo Crédito Habitacional.

Os sujeitos sociais entrevistados apresentados neste artigo foram pescadores-lavradores que, segundo o antropólogo Carlos Diegues (1994), são trabalhadores que se dedicam à pesca

⁴ Decreto de 20 de maio de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10531.htm>.

e à agricultura, e tem seus modos de vida ligados aos ciclos da natureza. Eles residem nos espaços rurais de Bragança e habitam em casas beneficiadas pelo II PNRA, desde 2006.

1 A REGIÃO BRAGANTINA E SUA RELAÇÃO COM O MANGUE, O RIO E O MAR

A cidade de Bragança, onde está localizada a Resex Caeté-Taperaçu, é um município situado no nordeste do estado do Pará, que possui cerca de 2.124,734 km² de área territorial e uma estimativa de 128.914 habitantes segundo dados do último censo (IBGE, 2010). Sua economia depende em grande parte das atividades ligadas direta ou indiretamente à pesca e ao comércio em geral. Este município está em uma posição econômica e social de vulnerabilidade, apesar dos significativos avanços nos últimos 20 anos. Conforme apontado no último censo, a renda média da população estava em torno de até meio salário mínimo por mês.

Ao longo de sua história Bragança possui forte ligação com a economia de Belém. Entre os finais do século XIX e início do século XX, foi construída a Estrada de Ferro Bragança-Belém (EFB) com fim, dentre outros, de exportar produtos agrícolas da Região Bragantina à capital, de integração regional, de geração de lucro ao Tesouro Estadual, apresentando-se com um dos símbolos marcadores da “civilização”, do “progresso” e da “modernização” do capitalismo burguês na região (LACERDA, 2018; QUARESMA; MAIA, 2019). A EFB impulsionou bastante a economia local, responsável, inclusive, por formar uma elite endinheirada responsável por investimentos na cultura local (RODRIGUES, 2006). Na década de 1960, no âmbito do governo militar, a ferrovia foi substituída por rodovias, devido ao plano do governo de desenvolver a região via estradas de rodagens (ALVES, 2017).

Conforme dados do IPEA (2013) sobre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a cidade de Bragança encontra-se na 47^a posição entre os 144 municípios que fazem parte do estado do Pará. Apesar dessa posição, cerca de 41,59% da população ainda se encontra vulnerável à pobreza e 20,59% à extrema pobreza. Isso significa que, embora Bragança se encontre entre os 50 municípios da região com melhor IDH, a existência de um percentual alto de vulnerabilidade social persiste na região bragantina.

A população de Bragança possui fortes ligações com os mangues, rios e as águas do mar, e a atividade pesqueira possui grande importância para a sobrevivência dos grupos sociais que residem na região. Um percentual bastante significativo dos moradores de Bragança depende dos recursos dos manguezais, principalmente da coleta do caranguejo-uçá, crustáceo:

Consumido pelos habitantes das regiões Norte e Nordeste do Brasil, tem grande procura no mercado consumidor e isso faz com que as pessoas busquem capturá-los para fins monetários. A Zona Costeira Bragantina é onde ocorre grande comercialização de caranguejo e os habitantes de comunidades rurais estão diretamente envolvidos nesse comércio (ALVES, 2015, p. 214).

O comércio do caranguejo-uçá depende de uma complexa rede de circulação que envolve o pescador, também denominado e conhecido como coletor ou tirador pelos próprios trabalhadores envolvidos na atividade (CAMPOS, 2013; ALVES, 2020). A venda do caranguejo ocorre em pontos estratégicos de Bragança como a feira livre e pontos de trocas em bairros da cidade. Ocorre também a venda do caranguejo para outras cidades, no estado do Pará como Marabá, Castanhal e Paragominas, por exemplo (ALVES, 2017).

Além da pesca de moluscos e crustáceos é forte também em Bragança a pesca artesanal, e a empresarial, que se desenvolveu mais recentemente. A região de Bragança (incluindo meio urbano e rural) se destaca como uma das cidades onde há maior produtividade pesqueira no Pará. “Estima-se que cerca de 54% da população, especialmente a rural, esteja envolvida em atividades pesqueiras” (ESPÍRITO SANTO, 2012, p. 21). Espírito Santo (2012) apresenta a região bragantina como a terceira de maior porto pesqueiro da região norte.

As águas são - portanto - fontes de vida para muitos moradores de Bragança, seja de áreas rurais e/ou de urbanas. O Município tem grande parte de seu território cortado pelo Rio Caeté, pontos de partida de embarcações para as praias, furos e mar. Diariamente pescadores saem e chegam em busca e trazendo peixes para a comercialização em Bragança e fora desse.

Os peixes são vendidos na feira livre de Bragança, em peixarias espalhadas pela cidade e por vilas, e também ocorrem exportações para outros estados. Os peixes são exportados por comerciantes conhecidos por atravessadores, que compram e exportam a mercadoria. Esses mantêm vínculos de trocas com pescadores e outros comerciantes locais.

Entre os fatores que propiciam ao rápido desenvolvimento da pesca empresarial que vem gerando sobrepesca em áreas antes de grande abundância pesqueira está:

A incipiente participação política dos envolvidos propicia grande concentração de renda aos empresários e *atravessadores* em detrimento dos baixos ganhos dos pescadores artesanais e dos pescadores das grandes embarcações que ganham baixo percentual em relação aos primeiros (ALVES; LIMA, 2020, p. 172).

A pesca empresarial em conjunto com a pesca artesanal são as duas principais práticas pesqueiras que ocorrem em Bragança, a saber: a primeira é responsável por abastecer demandas externas, dentro e fora do Estado do Pará e a segunda interessa a atender demandas de cidades próximas, embora também atenda demandas fora do Estado.

2 A CRIAÇÃO DA RESEX CAETÉ-TAPERACU E O RECONHECIMENTO DA POPULAÇÃO TRADICIONAL

Conflitos surgidos nas últimas quatro décadas do século XX evidenciaram a pressão a que estavam sujeitos os recursos do manguezal situado no município de Bragança, localizado no nordeste do estado do Pará. Alguns fatores foram determinantes para afetar a vida das populações costeiro-marinhas que vivem nesta região. Na década de 1970, a partir das políticas desenvolvimentistas de integração do regime militar, Bragança passa a ser ligada à capital Belém, via BR-316.

A construção da PA-458 também foi um importante acontecimento que ampliou o movimento de pessoas dentro da região, mas também degradou parte do manguezal, tendo como efeito a migração dos caranguejos para localidades mais afastadas, dificultando ainda mais sua retirada pelos coletores (ALVES, 2017, OLIVEIRA, 2018). Assim como, também, impactou a zona de manguezais devido a intensificação na tiragem de caranguejos do mangue (SILVA JUNIOR, 2013; OLIVEIRA; TEISSERENC, 2016).

Outros fatores responsáveis pela pressão na região são a pesca em grande escala, que vem ocorrendo desde os anos 1990. O que culminou na redução dos estoques pesqueiros, e na criação de pelo menos 8 empresas de beneficiamento do pescado até o ano de 2005, quando foi decretada a criação da Resex Caeté-Taperaçu (OLIVEIRA, 2018; SOUSA, 2019), tornando a prática artesanal da pesca um grande negócio para aqueles que puderam, e ainda podem investir.

Logo, esses acontecimentos face à pressão pelos recursos da região, culminaram no surgimento de vários movimentos, como associações nas comunidades, a Pastoral da Pesca e no envolvimento de pesquisadores e acadêmicos, especialmente da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do grupo de pesquisa Mangrove Dynamics and Management (MADAM). Outros atores também fizeram parte desse momento, como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), associado aos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do Pará (EMATER-PA) (SOUSA, 2019).

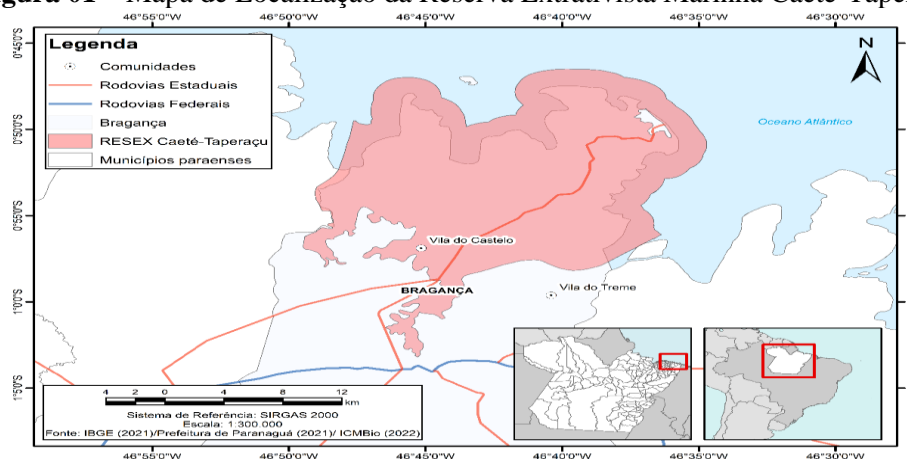
O resultado de algumas décadas de conflitos e da articulação entre a população tradicional da região e entidades do Estado, foi a criação da Reserva Extrativista Marinha Caeté-

Taperaçu (Resex), por meio do Decreto⁵ de 20 de maio de 2005. No mesmo período foi criada a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA), fundada em oito de agosto de 2005. Tendo como objetivo representar os usuários⁶ da Resex. Suas principais funções, conforme o estatuto que a rege, são a de proporcionar aos seus associados uma forma de participação comunitária ativa e a de representá-los e defendê-los em seus interesses sociais, políticos, econômicos, ambientais e culturais (ASSUREMACATA, 2005 - Estatuto da associação, art.1, 2005.).

O território da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu abrange uma área de aproximadamente 42.568 hectares. Ela é composta por 8 polos comunitários, e 68 comunidades, das quais, três localizadas dentro dos seus limites e mais 65 situadas em seu entorno (ABDALA; SARAIVA; WESLEY, 2012a.). Na figura 1 é possível observarmos o território da Resex e as duas comunidades, Vila do Castelo e Vila do Treme, uma situada dentro do território e outra localizada no seu entorno.

A criação da Resex possibilitou que as populações moradoras do território pudessem acessar determinadas políticas públicas. Isto porque, apesar das Reservas Extrativistas não serem assentamentos da reforma agrária, elas encontram-se como uma modalidade de assentamento reconhecida pelo INCRA (ribeirinhos, extrativistas). Desta forma, o INCRA reconhece as famílias que vivem nesses territórios como assentadas.

Figura 01 – Mapa de Localização da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu



Fonte: IBGE (2021); ICMBio (2022).

No caso específico dos modelos de Unidades de Conservação que podem acessar as políticas da reforma agrária, destaca-se o Manual de Procedimentos para Implantação do Crédito Instalação do II PNRA em Reserva Extrativista, Floresta Nacional e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Este manual traz seis⁷ questões que precisam ser levadas em

⁵ Decreto de 20 de maio de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10531.htm>.

⁶ Segundo o Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu usuários são definidos como aqueles que Pessoas que residem dentro ou no entorno da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu e que usam os recursos naturais renováveis para sua sobrevivência.

⁷ 1) Projetos devem ser aprovados pela comunidade, com plantas e especificações técnicas assinadas por técnico habilitado, com previsão de área mínima construída de 40 m² para áreas situadas na Amazônia Legal e 46 m² para as demais regiões, ambas com exigência de banheiro e fossa; 2) O material utilizado deve ser o usual na região (NE 86/2009); 3) Admite-se a construção de habitações mistas (madeira e alvenaria) e/ou habitações homogêneas (somente de madeira ou alvenaria), desde que as mesmas sejam usuais na região e que possuam banheiro; 4) A Comissão deve analisar se o material é adequado às condições climáticas da região, de forma a garantir a durabilidade das construções (NE 79/2008); 5) Os projetos arquitetônicos deverão ser discutidos entre o ICMBio, o Inkra e a representação dos beneficiários buscando atender as especificações acima e as expectativas destes

consideração para a execução da política do Crédito Habitacional, e que tem como preceito básico, a participação da comunidade na aprovação dos projetos das moradias.

Além das regras de implementação, também foram utilizados alguns parâmetros para que os moradores da região pudessem acessar a política pública habitacional do II PNRA. O Conselho Deliberativo⁸ da Resex foi o responsável por definir o perfil de usuário do território, ficando definidos, segundo o Plano de Manejo da Resex, como aqueles que residam nos limites do município de Bragança, no mínimo, desde a época de fundação desta Resex (20/05/2005) e que se enquadrem em pelo menos uma das atividades relacionadas ao extrativismo da região (como a pesca e a captura de caranguejo).

O processo de implementação do Crédito Habitacional pode ser dividido em algumas etapas, e teve início em 2005, quando as famílias reconhecidas como usuários da Resex começaram a ser cadastradas no Registro do Beneficiário (RB) do INCRA. Foi realizado o cadastramento de 5.002 famílias.

O Crédito Habitacional foi responsável pela construção de novas habitações. Possibilitou a aquisição de materiais necessários para a produção das habitações e o pagamento de mão de obra e serviço técnico específico. O processo ocorria a partir da liberação do crédito pelo Banco do Brasil para a conta da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA), que repassava esse recurso para as empresas responsáveis pelas obras. As empresas, por sua vez, faziam a aquisição dos materiais necessários e designavam o mestre de obra e a equipe responsável pela execução do projeto. Ao fim da execução do serviço a habitação era entregue pelo responsável da empresa em conjunto com um responsável técnico do IBAMA.

O processo de implementação do Crédito Habitacional foi marcado por mudanças que foram sendo incorporadas pelo Estado ao longo dos anos. A construção das habitações ocorreu de 2005 até o ano de 2013, quando a política foi interrompida pelo Governo Federal. Por este motivo, das 5.002 famílias cadastradas, apenas 1.623 conseguiram ter suas moradias construídas.

Conforme apontam os dados, observamos que a política não alcançou nem 50% da população alvo, deixando de fora 3.379 famílias que foram cadastradas para serem contemplados. Outro fator relevante sobre, e que se destaca na tabela 01, diz respeito às diferenças nos valores por habitação construídas ao longo do tempo de implementação na Resex.

Tabela 01 - Ano de Construção, Valor por Habitação e Quantidade de Habitações Construídas na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu

Ano de Cadastramento	Pessoas Cadastradas	Habitações Construídas	Ano de Construção	Valor por Habitação
2005 a 2006	3001	400	2005 a 2006	5 mil reais
2008	1536	565	2007 a 2008	7 mil reais
2009	465	683	2009 a 2013	15 mil reais

Fonte: INCRA (2018). Autor: Débora Alves, 2019.

moradores da UC; 6) É recomendável que as Associações apresentem diferentes projetos arquitetônicos para a Comissão de Crédito, caso os projetos apresentados pelo Incra não sejam satisfatórios (INCRA, 2011).

⁸ O Conselho Deliberativo da Resex Caeté-Taperaçu foi formado pela Portaria ICMBio nº 17, de 24 de setembro de 2007 (publicada no DOU – em 25/10/2007). Sendo presidido pelo órgão responsável por sua administração, o ICMBio, e composto por representantes da sociedade civil, de órgãos públicos e das populações tradicionais. No caso da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu a população tradicional que vive no território precisa representar a maioria.

Esses valores diferenciados ao longo do tempo, e o reajuste expressivo a partir de 2009, surtiram conflitos entre os contemplados conforme é possível observarmos nas entrevistas. Isto porque, o valor mais alto possibilitou a construção de moradias mais “completas”. O que produziu um sentimento de ressentimento nos que tiveram suas habitações construídas com os valores de 5 e 7 mil reais.

Ah, eu queria uma reforma pra ela né, que ela tá precisando, porque quando, a minha casa que quando eu ganhei ela, ela só foi mesmo deixada assim no cimento né, só o piso assim ó, não, não foi como foi essas da segunda vez que veio toda bonitinha, lajotada (Entrevista com C.F, 39 anos, Vila do Treme, maio de 2022).

Apesar dos problemas percebidos na implementação do Crédito Habitacional, dos conflitos surgidos por conta de sua mudança de valores ao longo dos anos, e por não ter alcançado todas as famílias que foram cadastradas, ela ainda pode ser vista como um modelo de política de habitação social frente ao padrão capitalista que exclui aqueles que não possuem recursos financeiros para comprarem uma casa (MONTEIRO; VERAS, 2017).

E apesar de entendermos que no Brasil o acesso às políticas de habitação como um direito fundamental, segue sendo seletivo para as parcelas da população com maior poder aquisitivo, encaramos as políticas de habitação como uma necessidade para a reprodução da existência social, sendo um objeto de luta e do direito social coletivo (VALLADARES; FIGUEIREDO, 1981; GONÇALVES, 2014; MONTEIRO; VERAS, 2017; BUONFIGLIO, 2018).

3 A MORADIA ATRAVESSADA PELAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM DUAS COMUNIDADES DA RESEX MARINHA CAETÉ-TAPERAÇU

Para analisarmos qualitativamente a política do Crédito Habitacional, optamos por delimitar o espaço geográfico da pesquisa, desta forma, escolhemos as comunidades da Vila do Castelo e da Vila do Treme para aplicarmos os questionários semiestruturados. Entendemos que ouvir os contemplados pela política é parte importante do processo de análise sociológica, pois nos possibilita depreendemos suas percepções sobre o processo de implementação. Essas percepções dos contemplados não são reveladas, por exemplo, nos índices oficiais, no discurso das lideranças locais e dos demais atores que tomam parte do processo.

Três fatores foram levados em consideração para a escolha das duas comunidades. Primeiro consideramos o percentual de habitações construídas nas comunidades situadas dentro e no entorno da Resex. Nosso levantamento aponta que 21% do total de construções através do Crédito Habitacional estão situadas nessas duas comunidades. Isso significa dizer que das 1.623 habitações construídas em toda a Resex, 340 unidades habitacionais foram destinadas a essas duas comunidades, desta forma concentram o maior número de moradores beneficiados. O segundo fator diz respeito à localização das comunidades, pois, buscou-se analisar uma comunidade situada dentro da Resex e outra no entorno, para verificar como e se os usuários percebem diferenças no recebimento das políticas públicas a depender da localidade onde as habitações foram construídas. O último fator, se assenta no caso dessas comunidades serem residências de lideranças da ASSUREMACATA, o que pode apontar maior condicionamento dessas políticas para as comunidades.

Apesar de não estarem situadas em localidades próximas, a Vila do Treme (imagens A e B) e a Vila do Castelo (imagens C e D) são parecidas em vários aspectos. Nessas comunidades as atividades de trabalho se relacionam ao rio, mangue e mar, focadas sobretudo na pesca e captura do caranguejo-uçá, uma espécie típica da região. Ambas as comunidades possuem um porto, onde os barcos e canoas ficam ancorados.

Imagem 1 - Comunidade Vila do Treme (A; B) e Comunidade Vila Castelo (C; D).

Fonte: Débora Alves, 2022.

No que se refere às moradias, muitas famílias foram contempladas pelo Crédito Habitacional. A política é vista como algo positivo nas comunidades, pois muitas das antigas casas eram de barro e soltava muita poeira, além de que devido a altura do teto ser baixo o ambiente tornava-se muito quente. Com isto não queremos sinalizar que o barro é impróprio para a construção de habitações, mas sim, que a forma como é utilizado pelos moradores da Resex, sem um auxílio técnico e materiais complementares para o seu uso, não favorece o habitar das famílias, conforme relatos abaixo.

Melhorou muito. Muito mesmo. Porque antes era de barro né e era muita quentura aí caía aquelas coisas de barro. E agora não, então melhorou bastante assim (Entrevista com A.J, 42 anos. Comunidade da Vila do Castelo, maio de 2022).

Melhorou né. Que antes era de tábua e barro, assim né. E de barro coisa muita poeira, e hoje não (Entrevista com A.F, 34 anos. Comunidade da Vila do Castelo, maio de 2022).

Apesar dos aspectos positivos da casa em alvenaria relatados pelos entrevistados, as moradias construídas através do Crédito Habitacional também apresentaram aspectos nem tão agradáveis. Isso ocorreu por alguns fatores relacionados à falha no processo de implementação. Dentre as principais queixas temos a questão da qualidade do material utilizado na construção das novas moradias, conforme citado por alguns entrevistados.

Por que tava podre e tava torta. Foi trocado todinho o telhado dela (Entrevista com M.C, 63 anos, Comunidade Vila do Treme, Bragança, maio de 2022).

O telhado dela quando me entregaram ele já tava com problema já aqui na sala, meu marido já mexeu porque senão ele ia arriar. Aí ele trocou, ele trocou algumas

madeiras. O que ele podia trocar ele trocou, o que ele não podia trocar ele deixou aí. Mas foi assim que me entregaram essa casa aqui. E ela tá, acho que ela tá toda rachada, ela (Entrevista com M.C, 40 anos, Comunidade Vila do Castelo, maio de 2022)”.

Essas questões respondidas pelos moradores(as) foram importantes para percebermos as duas faces do Crédito Habitacional. Apesar de ser um fator relevante de melhoria na qualidade de vida, foi implementado na Resex a partir de um modelo produzido exclusivamente por arquitetos, seguindo um padrão de moradias de baixo custo, o que nos leva aos seguintes questionamentos: que tipo de habitação é construída com 5, 7 e 15 mil reais? E por que esse tipo de política pública sempre é destinada aos pobres?

O modelo habitacional implementado na Resex possui como medida padrão 6 metros de largura por 7 metros de profundidade, o que equivale a 42 m². Sendo a moradia composta por dois quartos, sala e cozinha integradas e um banheiro interno. Não possui área de serviço, pátio, ou banheiro externo, tão pouco uma área destinada ao trabalho dos extrativistas-marinhos⁹. Segundo os entrevistados esse modelo não foi escolhido junto à comunidade, todos informaram que não foram consultados a respeito. Sempre que perguntado se eles tiveram participação na escolha do modelo, a resposta se dava das seguintes maneiras: “foi eles” e “veio de lá”, fazendo referência à ASSUREMACATA e às lideranças.

Foi eles mesmos lá. Foi eles, porque essas casas foram eles mesmos que já davam o feitiço tudinho. Já tinham um modelo pronto (Entrevista com M.I, 48 anos. Comunidade da Vila do Castelo, Bragança, junho de 2022).

Não, nós nunca fomos numa reunião pra decidir como é minha casa, porque a minha casa aqui eu queria ela esse lado assim, assim né. Foi, eles que decidiram (Entrevista com I.N, 66 anos. Comunidade da Vila do Treme, Bragança, maio de 2022).

Veio de lá. Veio da planta da casa. Não, só mostraram a planta da casa e era esse modelo e foi esse modelo mesmo (Entrevista com C.F, 39 anos. Comunidade da Vila do Treme, Bragança, junho de 2022).

Por tratar-se de um território protegido ambientalmente e ocupado por uma população de extrativistas-marinhos, consideramos a necessidade de descentralização desse modelo habitacional, para que ele possa ser pensado a partir desse contexto do território e das vivências (ALVES, 2023).

Do ponto de vista teórico, a dimensão funcional da habitação se destaca, por ser através dela que os projetos se materializam e ganham forma, possibilitando a criação de um ordenamento espacial destinado ao desempenho de atividades do dia a dia familiar, que se materializa na esfera concreta (PERDIGÃO; GAYOSO, 2012). Sobretudo, essa funcionalidade da habitação deve ser pensada a partir do lugar e das pessoas.

A dimensão funcional também é expressa a partir das alterações e adaptações que os moradores realizam nas habitações, a fim de suprir suas necessidades. Esse foi o caso das moradias construídas pelo Crédito Habitacional. Os que tiveram condições financeiras realizaram alterações que pudessem suprir suas necessidades funcionais relacionadas ao trabalho da pesca e catação do caranguejo.

Na imagem 2 é possível observarmos um pescador consertando seu instrumento de trabalho, a rede de pesca, em um espaço construído por ele e sua família. Trata-se do

⁹ Segundo Estatuto da CONFREM os extrativistas costeiro-marinhos são compostos por um conjunto de atividades que compõem esse segmento social: Pescadores (as) artesanais; Marisqueiras; Catadoras de mangaba; Piaçabeiros; Tiradores (as) de caranguejos; Agroextrativistas; Artesãos; Cipozeiros; Artesãos de pesca; Extrativistas; Catadeiras de camarão; Caiçaras; Coletoras de frutíferas e sementes; Coletores de algas. A expressão extrativista costeiro-marinhos seria uma espécie de categoria “guarda-chuva” que abriga um conjunto de atividades que caracterizam os extrativistas costeiro-marinhos do litoral brasileiro (SOUSA, 2022).

“puxadinho”, uma área que comumente é construída na parte de trás das casas, e seu tamanho e estrutura depende da capacidade financeira e das necessidades funcionais das famílias. Cabe ressaltar as dificuldades enfrentadas pelos moradores para realizarem qualquer tipo de alteração em suas moradias, visto que a maioria da população de Bragança possui uma renda per capita de até R\$311,97 (IBGE, 2010).

Imagem 2 - Pescador consertando rede de pesca no “puxadinho” de sua casa



Fonte: Débora Alves, 2023.

O ser humano depende de sistemas simbólicos que são moldados e apreendidos pela cultura em que ele se insere e que organizam e conferem sentido à sua vida. No caso das casas, o seu formato arquitetônico é um artefato cultural, pois elas são a expressão de uma ideia, uma concepção de mundo concebida por determinada cultura, e que é representada fisicamente, configurando-se como um símbolo concreto (RIBEIRO, 2003). Nesse sentido, a forma como uma casa é construída vai influenciar no sentimento de pertencimento ao lugar. Esse espaço precisa, minimamente, refletir algum aspecto da nossa identidade. Os espaços refletem as necessidades interiores que afetam e modificam o ambiente.

Na Resex as famílias dependem de alguns espaços externos para realizarem diversas atividades, como a organização das redes de pesca, espaços externos cobertos, seja para a catação de caranguejo, ou para a preparação das refeições no fogão a lenha. A rotina, principalmente das mulheres, tem relação direta com esses espaços localizados no entorno das casas.

A horta no fundo do quintal, o fogão de barro, a construção de um “puxadinho” que serve para as atividades de trabalho e socialização da família e o cultivo de árvores ao redor da habitação, são apenas alguns dos elementos que se exteriorizam, conforme podemos observar na imagem 3.

Imagem 3 - Moradoras Realizando Atividades na Parte Externa de suas Casas.

Fonte: Débora Alves, 2022.

Os entrevistados pontuaram que as alterações funcionais realizadas foram necessárias para facilitar as suas rotinas. Do total de entrevistados, 91% informaram que realizaram algum tipo de alteração ou ampliação da moradia. As principais alterações foram as construções de cozinhas, quartos, banheiros, pátios e puxadinhos (áreas externas situadas nos fundos das moradias). Mais da metade dos entrevistados informaram que construíram o “puxadinho” em suas moradias, e os que não possuíam informaram que não foi feito por incapacidade financeira, mas que a construção desse espaço era um desejo.

Uma das principais características estruturais da realidade brasileira é a desigualdade, esse fenômeno é multifacetado e ultrapassa a questão da distribuição de renda, impactando, sobretudo, as condições de vida das pessoas (SCALON, 2011), nesse caso específico a precariedade da moradia, expressa abaixo nas falas das entrevistas. As entrevistas revelam que as primeiras casas construídas não eram rebocadas, não possuíam as portas dos cômodos, nem eram lajotadas, ficando a cargo dos próprios moradores seguirem com as melhorias.

Falta rebocar ela, colocar o piso. Já foi, os meus irmãos se reuniram, o meu irmão dali me deu uma madeira e se reuniram. Foi trocado o telhado. As madeiras foram trocadas todas porque apodreceu tudo (Entrevista com Z.F, 61 anos, Vila do Treme, maio de 2022).

Tudo né, porque, o que falta assim é que a gente quer reformar, a gente quer reformar né, e pra uma reforma falta tudo. Porque como eu tô te falando, de vez em quando a gente ajeita uma coisinha quando dá. Mas olha, isso aqui o meu marido tem que percintar, tem que levantar, porque alaga. Aí tem que levantar o chão, tem que levantar a casa. Tem que trocar o teclado. É praticamente começar do zero (Entrevista com R.R, 42 anos, Vila do Treme, maio de 2022).

A questão da funcionalidade da habitação em Reservas Extrativistas Marinhas deve ser pensada antes da implementação da política pública. Apesar do manual de procedimentos para a implementação do Crédito Habitacional prever a constituição de uma comissão para o cumprimento das especificações, isso não aconteceu na Resex. Essa etapa é importante para que os projetos arquitetônicos sejam discutidos nas comunidades, para que possam atender as especificações e as expectativas dos moradores da Resex contemplados pelo Crédito Habitacional (ALVES, 2023).

Apesar de duas lideranças da ASSUREMACATA terem nos informado em entrevistas que houve reuniões para decidir o modelo da casa, todos os moradores(as) contemplados pela política que entrevistamos informaram o oposto, que não tiveram espaço para participar dessa

decisão, conforme apresentado em falas destacadas neste trabalho. Já o técnico do INCRA responsável por acompanhar esse processo de implementação informou que o modelo utilizado foi decidido entre as lideranças da ASSUREMACATA, e que apenas o tamanho das habitações foi decidido pelo INCRA.

O tamanho era, o mínimo que podia era 42 m², e isso foi decidido até por aqui mesmo, porque eles queriam fazer de 35 m². Aí “olha, dá pra fazer 42 m², mas não dá pra pintar, não dá pra não sei o que”, “Ah, mas faz, eles querem maior”. Só que aí teve uns que ficaram, as últimas, ficaram mais bonitas porque fizeram desse formato, 5 por 8 mais a calçada (Técnico do INCRA, Belém, junho de 2022).

A questão da melhoria da dimensão funcional da habitação, quando se fala desse tipo de política pública, segue algumas etapas, a primeira se dá no âmbito das decisões políticas sobre a liberação de recursos, em seguida pela gestão, responsável por definir que tipo de modelo de habitação será feito com esses recursos. Como vimos, o manual de procedimento para implementação da política já possui metragens estabelecidas, até porque, a verba destinada para a construção das habitações é insuficiente para realizar o mínimo. A soma da escassez de recursos com a incapacidade de gerir esse tipo de política leva à insatisfação do público alvo.

CONCLUSÃO

Os resultados identificaram que os moradores contemplados que tiveram condições financeiras para ampliar ou realizar melhorias em suas moradias, o fizeram. Estas alterações feitas por conta própria foram importantes para que eles pudessem se adaptar em um padrão que não correspondia à rotina vivenciada por extrativistas-marinhos de um território situado no litoral da Amazônia.

Para as populações extrativistas as habitações são elementos que se relacionam com o bem viver no território. É nela que ocorrem as dinâmicas sociais das famílias, e onde seus moradores efetivam dinâmicas de socialização em torno da divisão do trabalho, da educação e do lazer. Modelos estruturais, como o utilizado pelo Crédito Habitacional, impõem limites e restringem acessos, desrespeitando as singularidades locais. Além disso, esse modelo de projeto é pensado a partir de seu custo de produção, que objetiva reduzir o gasto de construção de uma habitação ao valor mínimo, resultando em habitações construídas com baixa qualidade e pensadas a partir de um padrão único, que invalida formas outras de morar.

A questão da moradia e dos modos de morar é importante, por estar inserida em um debate amplo, que é a luta por justiça social. A incorporação de questões ambientais a essa luta pode contribuir às demandas básicas de populações que vivem em áreas protegidas ambientalmente, como no caso dos extrativistas-marinhos que vivem na Resex Caeté-Taperaçu.

Interpretamos que o sentido simbólico e material da habitação, onde identificamos como ponto positivo da política a construção da casa em si, antes pouco acessível para esses/as moradores/as de baixa renda e em condições de vulnerabilidade social, por outro lado observamos como questão negativa a estruturas físicas das residências que não contemplam as especificidades da densidade familiar e climática do território pesquisado.

Para além das outras políticas públicas destinadas à Resex Caeté-Taperaçu, notamos que o Crédito Habitacional carrega consigo um valor substancial em função do significado da casa para os/as moradores/as entrevistados. Pois a casa, além de ser o espaço que abriga e traz proteção, também é o local que faz parte da cadeia de trabalho das famílias que vivem da pesca ou da catação de caranguejo nesta região. Logo, a moradia nesse território não pode seguir modelos estabelecidos para o meio urbano, por exemplo, devido terem formas de trabalhos e relações com a natureza específicas. E como vimos, os sujeitos alvo da política que tiveram

condições, executaram alterações em suas habitações, objetivando atender algumas de suas necessidades simbólicas e materiais.

Referências

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Revista brasileira de ciências sociais**, RBCS Vol. 19 n°. 55 junho/2004.

ALVES, Alexandre de Brito; LIMA, Francisco Daniel. Trabalhadores das águas: impactos socioeconômicos e mudanças na pesca artesanal (Bragança-PA). **Paper do NAEA**, 2020, Volume 29, Nº 2 ISSN 15169111.

ALVES, Alexandre de Brito. “É o jeito vender”: coletores, marreteiros e o trabalho no manguezal em Bacuriteua (Pará – Brasil, 1975-2010). Rev. **Hist. UEG - Anápolis**, v.4, n.2, p. 211-226, ago. /dez. 2015.

ALVES, Alexandre de Brito. PA-458: Território, territorialidade e dinâmica socioeconômica na área costeira de Bragança-PA (Bacuriteua, 1974-2016). Belém, **Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia)** – UFPA, 2017.

ALVES, Alexandre de Brito. **Estrada Bragança-Ajuruteua e sobrevivência no manguezal (1975-1991)**. São Carlos: Pedro & João Editores.

ALVES, Débora Melo. “Essa casa não é do Incra, essa casa é minha”: Efeitos funcionais e simbólicos do Crédito Habitacional em uma Resex Marinha da Amazônia. **Dissertação de Mestrado** (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Pará. 2023.

ABDALA, Guilherme; SARAIVA, Nicholas; WESLEY, Fábio. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu-VOLUME I/II** - Diagnóstico da Unidade de Conservação. Brasília: ICMBio, 2012.

BUONFIGLIO, Leda Velloso. **Habitação de interesse social. Mercator**, Fortaleza, v. 17, e17004, 2018.

CAMPOS, Ipojucan Dias. História e Natureza: memórias, sobrevivências, famílias e relações de poder no manguezal (Bragança – PA, 1980 a 1990). **Revista Margens (UFPA)**, v.07, p. 69-87, 2013.

CORTES, Soraya Vargas; LIMA, Luciana Leite. **A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas**. Lua Nova, São Paulo, 87: 33-62, 2012.

DIEGUES, A. Carlos. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. In: Editora Ática, 1994.

GONÇALVES, T. (2014). Habitar: Casa como contingência da condição humana. **Revista INVI**, 29(80), 83-108.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. A Ação Pública Abordada Pelos seus Instrumentos. **Revista Pós Ciências Sociais**. v. 9, n. 18 (2012).

LACERDA, Franciane Gama. Uma “artéria necessária” para o progresso: a Estrada de Ferro de Bragança (Pará, 1883-1908). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS** Vol. 10 Nº 19, janeiro - Junho de 2018.

LEITE LOPES, J. S. Sobre Processos de “Ambientalização” dos Conflitos e Sobre da Participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, Ano 12, N.25. 2006.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. **A questão da habitação no Brasil**. Mercator, Fortaleza, v. 16, e16015, 2017.

OLIVEIRA, Marcelo. Plano de Manejo da Resex Marinha Caeté-Taperaçu: Coprodução de uma Ação Pública em um Território em Recomposição. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa De Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Do Pará, Belém, 2018

ESPÍRITO SANTO, Roberto Vilhena. Produtividade e rentabilidade da frota artesanal que captura serra, (*Scomberomorus brasiliensis*, Collette, Russo & Zavalla-Camin, 1978), na costa norte do Brasil. **Tese** (Doutorado em Ecologia Aquática e Pesca), Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, PA.

SOUSA, Victor. A Minha Terra É O Mar: A Trajetória de um Movimento Socioambiental no Litoral Da Amazônia. **Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais**. Universidade Federal do Pará. 2019.

SOUSA, Victor. Maretório: O Giro Ecoterritorial Dos Povos Extrativistas Costeiro-Marinheiros Do Litoral Da Amazônia Paraense Do Litoral Da Amazônia Paraense?. **Dissertação de Mestrado** (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Pará. 2022.

VALLADARES, Licia do Prado; FIGUEIREDO, Ademir. Habitação no Brasil: Uma introdução à literatura recente. Resenha Bibliográfica. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais BIB**, Rio de Janeiro, n. 11, 1.º semestre de 1981.